



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

**O USO DAS MÍDIAS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA FORMA DE  
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA**

**MICHELLY ALVES DOS SANTOS**

**RIO DE JANEIRO  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

**O USO DAS MÍDIAS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA FORMA DE  
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA**

**MICHELLY ALVES DOS SANTOS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Elena Viana Souza

**RIO DE JANEIRO  
2013**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por todas as vitórias conquistadas e pelas inúmeras bênçãos a mim concedidas.

Aos meus pais, Josuel Peres dos Santos e Maria José Gomes Alves, por me ensinarem o poder da perseverança e por acreditarem que um dia seria possível a realização de um sonho e por dedicarem suas vidas a min. A minha querida mãe, agradeço pelas orações, pela paciência, pelas palavras de vitórias, pelos incentivos e acima de tudo por batalhar para que meu sonho se tornasse realidade. Pai, cada pedaço desse diploma é fruto de suas batalhas, sem você certamente ele não existiria. Vocês são o meu maior orgulho, minha inspiração, Obrigada por tudo!

Ao meu irmão Maycon Alves dos Santos por estar sempre ao meu lado.

Aos meus amigos que sempre se fizeram presentes na minha vida, Caroline Barros; Caroline D'ávila; Daniele Mendonça; Elisangela Santos; Isael Júnior; João Felipe Nascimento; Letícia Nascimento; Luana Nascimento; Marcos Júnior e Karinna Nascimento, meus sinceros agradecimentos por compreenderem minha ausência. Obrigada por me ajudarem com palavras de incentivo nos momentos mais difíceis é por isso, que cada pedaço desse diploma é dedicado a vocês.

As minhas companheiras de universidade, Ana Carolina Oliveira, Chaiene Oliveira, Danielle Fernandes, Ellen Bezerra e Roberta Onitsuka, que me fizeram entender a verdadeiro significado do convívio, do respeito, do saber ouvir, em fim, foram muitos finais de semanas juntas, com muitos trabalhos, dedicação, mas também, com alegria, risadas e acima de tudo muita troca.

A minha querida orientada a Professora Dr<sup>a</sup> Maria Elena Viana, que dedicou seu tempo em me orientar, sempre com muita paciência e acima de tudo dedicação. O meu muito obrigado por compartilhar comigo sua experiência; obrigada por me fazer compreender a importância da militância; por me mostrar diariamente que não basta acreditar que é preciso lutar e ter esperanças.

Obrigada a todos vocês que participaram desta etapa tão importante e difícil da minha vida, me ajudaram a crescer tanto como pessoa como profissional, sem o apoio de cada um de vocês seria impossível chegar até aqui.

Recebam os meus mais sinceros agradecimentos!

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia para toda a minha família pela confiança; aos meus amigos pelo apoio; ao corpo docente da UNIRIO pela dedicação, a minha orientadora pela paciência, enfim, a todos que de alguma forma tornaram o meu caminho mais fácil de ser percorrido.

## RESUMO

O Brasil se formou historicamente como um país multirracial e foram de, aproximadamente, seis milhões de negros que a população brasileira se originou. Embora mascarado pelo discurso de democracia racial sobre a ótica da mestiçagem, a população brasileira é marcada por sérios conflitos raciais. Os negros são os mais pobres; os mais atingidos por riscos sociais; os que menos possuem acesso à educação; saúde e moradia. A desigualdade social entre brancos e negros é a prova que, embora o Brasil não assuma, o preconceito racial é uma realidade cruel. No que se refere à educação formal, ela é, ainda hoje, apontada como o maior referencial de ascensão social, transmissora de conhecimentos produzidos. A escola é a principal responsável pela construção da sociedade, pois é através dela que são formados os mais diversos profissionais que atuarão na sociedade. Diante disso, deve-se pensar qual é o verdadeiro papel da educação no que tange à invisibilidade ou a má representação do negro na sociedade brasileira. O racismo é um sentimento de superioridade e se constitui como verdade, na medida em que encontra, na sociedade, espaços para o seu enraizamento. Compreendendo que existe uma relação de influência entre a sociedade e a escola, é possível perceber que existem mecanismos sociais que contribuem diretamente para a dissolução do racismo na sociedade. Atualmente não se pode negar que a influência das mídias, na sociedade brasileira, está para além do entretenimento, ela dita regras, cria demandas, orientando costumes e hábitos. Mas, afinal, as mídias estariam apenas reproduzindo o saber da atualidade ou ajudando a formar mentalidades racistas? E qual o papel da sociedade frente à construção de uma pedagogia antirracista? Os objetivos deste estudo, portanto, consistiram em analisar atividades pedagógicas que serviram como ferramenta de promoção do negro brasileiro. Para isso, tornou-se necessário tecer algumas considerações sobre o racismo existente nas mídias brasileira, estabelecendo relações entre o currículo, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a diversidade cultural. Conclui-se que se através da observação e interação com os outros aprendemos valores e comportamentos, podemos conceituar as mídias como formadoras de aprendizado e difusora de valores a serem seguidos ou copiados pela maioria das pessoas.

**Palavras - chave:** Preconceito Racial; Escola; Mídia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -.....	07
CAPÍTULO 1 -.....	17
CAPÍTULO 2 -.....	21
CAPÍTULO 3 -.....	26
CONCLUSÃO-.....	35
REFERÊNCIAS -.....	38

## INTRODUÇÃO

Rodrigues (2011) explica que, entre os séculos XVI e metade do século XIX, no Brasil, foram importados cerca de seis milhões de negros, doze vezes mais que os Estados Unidos, na mesma época. O Brasil foi, portanto, o país que mais importou africanos durante o regime escravista e fomos o último país a abolir a escravidão, apenas em 1888. Atualmente, somos a maior população negra fora da África.

Contraditoriamente, mais da metade da população está excluída socialmente por uma série de fatores, tais como falta de emprego, saúde e educação e a discriminação contribuem para que os negros sejam os mais atingidos pelos riscos sociais, pois são "mais pobres, mais propensos a situações de desemprego e informalidade, habitando em áreas carentes de infra estruturas." (JACCOUD; THEODORO, 2005, p.105), o que posiciona a população negra como minoria social.

Olhando pelo viés educacional, é possível perceber a precariedade na qual se encontra a população negra brasileira. Segundo pesquisas do IPEA (2009), os negros têm menos 1,7 anos de estudos, em média, do que os brancos e representam 13,4 % dos analfabetos brasileiros, frente a 5,9% dos analfabetos brancos. Essa "desigualdade educacional sofrida pelos negros é quase uma herança, transmitida às gerações" (SANTOS, 2010, p.9) que corrobora para não ascensão social da população negra.

Embora, constitucionalmente, o Brasil nunca ter sido um país que aprovasse o regime de segregação de raças, em 1890, dois anos após a abolição da escravidão, foi deliberado o decreto de nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. No seu Art. 1º diz:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (redação original).

Talvez, o decreto citado anteriormente, tenha sido o apogeu da teoria do branqueamento, numa tentativa clara de livrar o país da “problemática” que era a mestiçagem. Nina Rodrigues (citado por Rodrigues, 2011, p.68) diz que “a influência do negro há de construir um dos fatores da nossa inferioridade como povo”, com isso percebe-se que a mestiçagem consiste numa problemática, apenas pela presença dos negros.

O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Traduz uma interiorização pela cultura e pelas possibilidades de aquisição de bens materiais. Cria ideologias capazes de produzir as exclusões de participações com restrições e as participações minoritárias. (CUNHA, 2008,p.88)

No texto *História e Cultura Africana e os elementos para uma organização curricular*, o autor Henrique Cunha Jr. (2008) aponta um dos artifícios utilizados pela elite branca brasileira, para desfazer os traços negros da cultura e da população brasileira, sempre com visão no ideal de embranquecimento. “A unidade nacional é forjada pelo ideal de sociedade mestiça na sua base e de destinos europeus nos seus propósitos. A cultura seria purificada pela ciência e o povo embranqueceria paulatinamente pela mestiçagem”(p.83). Dessa forma, a mestiçagem, não é utilizada para integração entre as raças, mas como forma de apagar as marcas da identidade negra da sociedade brasileira.

Müller (2009) aponta dois motivos pelos quais a elite brasileira estaria preocupada com a heterogeneidade da população. A primeira deve-se ao fato da ampla divulgação das teorias racistas difundidas pela Europa e Estados Unidos que afirmavam ser a espécie humana dividida em raças de categorias superiores e inferiores, havendo inclusive diferenças no que tange à intelectualidade e a moral entre as raças. “Os brancos seriam mais desenvolvidos em todos os aspectos; amarelos estariam em um nível intermediário e os negros no limar mais inferior do desenvolvimento humano” (MÜLLER, 2009, p.36). A segunda perpassa pela preocupação com o desenvolvimento da sociedade brasileira, por causa da enorme predominância de negros recém libertos e já inferiorizados pela ciência que prova a existência hierárquica entre negros e brancos. O ideal de branqueamento era tão forte que a elite econômica queria “importar trabalhadores europeus” (Idem, p.36) e a

ideia era que “as levas de imigrantes que aportavam no Brasil branqueassem o país no espaço de poucas gerações” (Idem, p.37).

Apesar de vários estudos (ROSEMBERG (2008), MUNANGA (2005) e outros) já terem provado que ainda existem, no Brasil, desigualdades entre brancos e negros em diversas áreas, como saúde, acesso aos bens culturais, distribuição de renda, acesso a ensino de qualidade, emprego etc., o mito da democracia racial ainda é um empecilho para as práticas antirracistas.

Müller (2009) declara que o Brasil é uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito. Quando muito aceitamos o preconceito de classe social, mas jamais o preconceito racial. Essa não aceitação do preconceito deve-se ao mito da democracia racial, que existiu no Brasil e impera no imaginário social até os dias atuais. Dessa forma, não é incomum existir gestores e professores que negam a existência de preconceito racial dentro do ambiente escolar. Schützer (2003) citando Gomes (2000) diz que "muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul [...]” (p. 97)

É com essas informações importantes, porém, desconhecidas ou ignoradas pela maioria da população, que pretendo salientar alguns questionamentos sobre a atual posição dos negros na sociedade brasileira, bem como sua representatividade difundida pela mídia. Afinal qual é a imagem do negro na mídia impressa brasileira? Somos o país mais negro fora da África, porém, nossa mídia é comandada, majoritariamente, por brancos, ou seja, uma pequena parcela, não coincidentemente branca, controla a mídia impressa no segundo maior país negro do mundo. Diante desse fato, pretende-se compreender como o preconceito racial e a não identificação dos negros, em especial das crianças negras, com a raça negra, pode, de certa forma, estar atrelado à falta de referenciais positivos dos afrodescendentes nas mídias

É importante esclarecer que o termo raça não está relacionado a conceitos biológicos, pois, em termos biológicos, não existem diferenças entre negros e brancos. Entendemos que o termo “raça” decorre de uma construção social, sendo o único termo que consegue dar conta da discriminação contra o negro no Brasil. Segundo Gomes (2005), ainda se usa o termo raça porque este é o único termo que consegue dar a dimensão exata da verdadeira

discriminação contra os negros. Possui um sentido político construído a partir das análises do racismo existente na sociedade brasileira, por isso, ainda é usado para falar da realidade do negro brasileiro. O termo raça como construção social inclui, ao termo negro, o conjunto de pessoas pretas e pardas (ROSEMBERG E SILVA, 2008)

No que se refere à educação formal, ela é, ainda hoje, apontada como o maior referencial de ascensão social, transmissora de conhecimentos produzidos. Diante disso, deve-se pensar qual é o verdadeiro papel da educação no que tange à invisibilidade, ou a má representação do negro na sociedade brasileira, difundida pelas mídias.

Por isso, é importante que a educação formal utilize, de forma consciente, o ambiente escolar para construção e valorização da imagem do negro diante dos educandos, contribuindo para que os mesmos possam ter referenciais positivos, para se pensarem e se identificarem como negros. Usar de forma consciente o espaço privilegiado que é a escola, implica estudar sobre uma das ferramentas sociais mais poderosas da atualidade que é a mídia impressa.

É na escola que aprendemos a construir nossos heróis, sendo um dos locais de construção da sociedade. Porém, essa construção nunca é neutra e pacífica, pois depende de uma série de escolhas políticas que esbarram na ideologia social daqueles que trabalham direta, ou indiretamente, com a educação. Munanga (2005) afirma que a educação possui bases eurocêntricas, com isso, o ideal de sociedade sempre está correlacionado aos princípios europeus, com valorização dos brancos em detrimento da cultura africana.

Sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmo conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental (MUNANGA, 2005, p. 16).

Entendendo que o racismo é adquirido socialmente, legitimamos o papel fundamental da escola como construtora e formadora da identidade dos indivíduos. Schützer (2003) enfatiza o lugar de prestígio da escola, no que se refere à formação, pois é o único espaço frequentado pela maioria da população. A escola, então, é um espaço

privilegiado para transmitir conceitos capazes de construir uma sociedade igualitária, com isso, diz-se que “o ambiente escolar é fundamental para a construção de uma imagem positiva ou negativa que uma criança negra aprende a ter de si mesma” (SCHÜTZER, 2003, p.132).

### **Justificativa**

Estudar as representações dos negros na mídia, e suas reflexões para o contexto escolar, surge da necessidade de apresentar outros posicionamentos e referências positivos para além da cultura branca, que valorize a imagem do negro e os representem como protagonistas de sua própria história, sem, necessariamente, estar associado a uma figura branca salvadora, como costumeiramente é apresentado pelas mídias.

Santos (2010), citando Muller (2008), destaca o papel fundamental para a construção de uma identidade nacional, símbolos pátrios bem como os heróis a serem reverenciados.

A escola primária brasileira teve um papel fundamental na construção da identidade e do sentimento nacional. A afirmação dos símbolos pátrios, a execução dos rituais cívicos, assim como a difusão dos mitos de origens e dos heróis a serem reverenciados e imitados foram realizados através da escola. No espaço escolar, foi à professora primária quem deu vida a todos esses processos. Ela foi a verdadeira “construtora da nação”. (SANTOS, 2010, p.5)

A responsabilidade da escola, bem como de seus representantes docentes, é a de apresentar aos educandos a cultura da sociedade a qual está inserida. Essa cultura será seguida e respeitada tanto dentro como fora do ambiente escolar e, além de transmissão cultural, a educação tem fundamental papel em desconstruir práticas preconceituosas e discriminatórias.

O estudo da história da África é um fator diferencial nos currículos escolares, na medida em que possibilita romper com a ideia de padronização da sociedade brasileira que ainda impera nos currículos e no imaginário educacional, pois não somos um país

homogêneo e as diferenças raciais devem ser discutidas e valorizadas no contexto educacional.

A Lei 10.639/2003 é uma abertura que proporciona implementar, nos currículos escolares, o ensino da história e cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o reconhecimento e o respeito às diversidades, para romper com a homogeneidade e uniformização de bases européias.

É importante entender que o discurso sobre raça e racismo nas escolas é antes de qualquer coisa uma posição política. E a Lei 10.639/03 surge como uma política de melhoria, a curto e longo prazo, das condições sociais e econômicas da população negra, já que sugere uma educação justa, onde a história cultural e social da população negra é garantida.

Ter acesso ao capital cultural, produzido pelos antepassados negros, é possibilitar, aos educandos negros, um sentimento de pertencimento e identificação com suas origens e esse sentimento só é possível de construir pelo resgate das raízes históricas e culturais que visem a sua valorização, por meio de uma educação que reconheça a importância dos negros como formadores da sociedade brasileira

Apesar de muito já ter se estudado e muito já se ter escrito sobre as questões raciais relacionadas aos negros brasileiros, quando se realiza um processo de exploração do tema, pode-se verificar que apesar de farto material bibliográfico, poucos estudos detêm-se no cotidiano escolar e, no entanto, o seu entendimento, principalmente no que se refere às relações raciais, é de extrema importância.

Este trabalho é fruto de pesquisas feitas de 2010 até 2013, período de vigência da minha bolsa de Iniciação Científica. A pesquisa tinha como tema *A utilização do cinema como atividade para a educação das relações étnico-raciais*, e compõe uma pesquisa maior da professora Dr<sup>a</sup> Maria Elena Viana Souza, cujo tema é: *O preconceito Racial nas entrelinhas das diferentes práticas educativas escolares*.

## **Objetivos**

O objetivo principal consistiu em analisar atividades pedagógicas que serviram como ferramenta de promoção do negro brasileiro, como sujeitos de beleza, valores e, acima de tudo, de identidade que os tornem pertencentes, ativos da sociedade brasileira.

### **Objetivos específicos**

- Tecer algumas considerações sobre o racismo na mídia.
- Estabelecer relações entre o currículo, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Diversidade Cultural.
- Descrever e analisar atividades escolares que envolvam a temática racial, trabalhando o preconceito racial através do reconhecimento e representações midiáticas da cultura negra

### **Metodologia**

Tive como campo de estudos um projeto de cinema (cine clube), já desenvolvido, em uma Escola Estadual localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O projeto é frequentado por todos os alunos da escola e os filmes são escolhidos através de enquetes, sendo as atividades desenvolvidas uma vez por semana, porém as exibições dos filmes ocorriam apenas duas vezes ao mês.

A escolha da escola foi feita, a princípio, pela fácil locomoção de minha residência até ao local, bem como o sentimento de pertencimento à localidade. A escola é localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, cercado de comunidades pobres, com um grande número de afro-descendentes.

O clube de cinema era organizado em parceria entre alunos e professores. Os professores organizadores do clube propunham os filmes e os alunos escolhiam, por votação, os filmes que seriam exibidos. É importante destacar que essa atividade já tinha um espaço reservado no currículo da escola, o que facilitava e dava um respaldo aos professores que assim desejassem trabalhar com cinema.

A escolha da escola se justificou também pela já existência de um clube de cinema estruturado na escola, intitulado “cine-clube”, no qual já desenvolvia atividades, há pelo menos um ano, com os alunos, o que implica dizer que a utilização do cinema como prática educativa, já se consistia em uma realidade na escola. A direção da escola bem como os alunos que frequentavam o clube de cinema receberam a pesquisa de forma muito receptiva.

Em conversa com a direção da escola, a mesma informou-me que a ideia do clube de cinema era, inicialmente, criar nos alunos o hábito e o gosto em ver filmes, para que, posteriormente, fosse desenvolvida uma leitura crítica a respeito dos mesmos. Leitura esta que consistia em compreender que os filmes também são fontes de informações, o que significa dizer que repassam uma visão de mundo, que precisa ser contestada e adaptada à realidade.

Infelizmente, o cine-clube, não teve continuidade na escola, pois a mesma dependia de verbas para manter as atividades de forma bem estruturada, o que resultou na interrupção da pesquisa nesta escola. Com as atividades interrompidas, uma nova escola foi procurada. Essa nova escola, denominada aqui de escola Y, tem um perfil muito parecido da escola anterior, por vários motivos: é uma escola municipal localizada em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, os alunos participantes da pesquisa são do Ensino Fundamental e fazem parte de um outro programa, o PIBID( Programa de Incentivo a Docência), desenvolvido por Estudantes de Pedagogia da UNIRIO, com o intuito de melhorar o desempenho escolar dos alunos. Ao contrário da escola anterior, onde os alunos eram quase todos negros, nesta escola existe uma maior equiparidade numérica entre negros e brancos

Uma conversa inicial foi feita com a diretora da escola, para fins de apresentação da proposta de pesquisa. A diretora, receptivamente, aceitou a proposta e a pesquisa se iniciou rapidamente. As atividades foram desenvolvidas com dois grupos de crianças, divididas em manhã e tarde, todos alunos do primeiro segmento de Ensino Fundamental.

As atividades que envolveram a cultura popular brasileira, por intermédio do cinema, demonstraram as diversas manifestações de saberes e fazeres do povo brasileiro, até então desconhecidos ou pouco explorados, dando destaque às manifestações de origens africanas e valorizando-as. Foram exibidos filmes e curtas metragens, que possibilitaram

uma realocação da posição dos negros, frente às representações positivas que consistiram numa tentativa de oferecer um movimento em busca de uma redefinição das concepções e práticas no cotidiano escolar.

Pautamo-nos no método da pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa social, na qual os pesquisadores, bem como os participantes da pesquisa, devem estar envolvidos de modo cooperativo, proporcionando mudanças, diretas e intencionais. O pesquisador terá a liberdade de definir as estratégias de mudança, porém, o mesmo deve conhecer bem a realidade sobre a qual está estudando. E, ao contrário do que pregou a ciência durante muito tempo, onde o pesquisador deveria estar sempre neutro na pesquisa, na pesquisa-ação, o pesquisador interfere no processo de investigação. (BARBIER, 2004)

A primeira etapa do processo de pesquisa-ação tem grande importância, pois é responsável por encaminhar as fases subsequentes da pesquisa e, nesse momento, é feito o diagnóstico da situação e das necessidades da comunidade envolvida na pesquisa. Dessa forma, podemos entender que a primeira etapa constitui-se em pesquisar os aspectos internos.

Para isso, pretende-se que as mudanças obtidas, através das pesquisas, devam ser socializadas para que possam possibilitar mudanças transformadoras, ajudando o coletivo a traçar o perfil de um problema, bem como sua possível solução. Sendo assim, a pesquisa-ação tem como finalidade principal, a mudança social. Os dados obtidos na pesquisa-ação são reconduzidos à coletividade com a finalidade de proporcionar conhecimento sobre uma realidade.

A participação da comunidade pesquisada é fundamental, pois possibilita uma análise mais precisa e mais autêntica da realidade social. A identificação do problema é realizada através da apresentação do pesquisador em sala de aula e das atividades que são realizadas em coletivo. Para isso, pretende-se que as mudanças obtidas, devam ser socializadas para que possam possibilitar mudanças transformadoras, ajudando o coletivo a traçar o perfil de um problema, bem como sua possível solução. Sendo assim, a pesquisa-ação tem como finalidade principal, a mudança social.

Os dados obtidos na pesquisa-ação são reconduzidos à coletividade com a finalidade de proporcionar conhecimentos sobre uma realidade e orientá-la de modo a “conhecer sua

percepção da realidade e de orientá-la e a permitir uma avaliação mais apropriada dos problemas detectados.” (BARBIER, 2004, p.55). É necessária a utilização de linguagem acessível, pois, a interpretação e análise são o produto das discussões, em grupo, através do *feedback*, onde os resultados da investigação são comunicados aos membros envolvidos nas discussões.

É importante ressaltar que a pesquisa-ação não utiliza instrumentos tradicionais da pesquisa em Ciências Sociais e adota ou inventa novos instrumentos. Para uma pesquisa-ação deve-se preencher cinco exigências:

- Rejeitar as noções positivistas de racionalidade, objetividade e verdade;
- Empregar as categorias interpretativas dos participantes;
- Encontrar meios de distinguir ideias e interpretações deformadas pela ideologia;
- Empenhar-se para identificar o que, na ordem social existente, bloqueia a mudança racional e propor ações para que esse bloqueio seja superado;
- Fundar-se no levantamento do fato de que se trata de um conhecimento prático: a verdade será nitidamente separada da sua relação com a prática. Trata-se de uma ação alicerçada numa teoria e associada a uma estratégia. (BARBIER, 2004)

Enfim, as atividades que foram realizadas tiveram como tema o preconceito, a discriminação racial, o racismo e as representações midiáticas. Essas atividades tiveram como finalidade esclarecer conceitos e desmistificar alguns estigmas, encontrados na mídia, contextualizados através de temas da história e da sociedade brasileira atual.

Na tentativa de resgatar a contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira bem como contribuir para a formação de um currículo que vise contribuir para que os alunos (as) reconheçam a história da África e dos negros como sendo sua própria história e " o direito de se auto identificarem e de refletirem sobre suas origens étnico-culturais” (CARVALHO, SILVA E PASSOS, 2007 p.97), foram exibidos um filme, um documentário e uma apresentação de dança. Sendo assim, este trabalho ficou estruturado em três capítulos: O primeiro capítulo trata da difusão do racismo nas mídias brasileiras,

bem como sua contribuição para a formação de mentalidades racistas. O segundo capítulo refere-se à necessidade da existência de um currículo escolar orientado para a diversidade cultural existente na sociedade brasileira, já o terceiro capítulo descreve as atividades realizadas bem como a reflexão sobre elas.

## **CAPÍTULO I**

### **DIFUSÃO DO RACISMO NAS MÍDIAS**

Leitão (2007), em concordância com Ramos (2007), explica que a mídia é racista porque a sociedade brasileira é racista, sendo, assim, a mídia seria apenas um reflexo da sociedade. Em contrapartida Muller (2012) explica que, apesar das mídias se caracterizarem como o novo saber da atualidade, são responsáveis pelo silenciamento e perpetuação dos estereótipos racistas. Afinal, as mídias estariam apenas reproduzindo o saber da atualidade ou ajudando a formar mentalidades racistas? E qual o papel da sociedade frente à construção de uma pedagogia antirracista?

Todos os dias somos bombardeados por diversas mídias que, em comum, tentam nos vender uma ideia, criar um modo de agir e pensar. Mas, afinal, até onde vai essa influência? Atualmente, os meios de comunicações são fundamentais para o desenvolvimento social e as crianças, de modo geral, já nascem mergulhadas em um contexto de hiper valorização e fácil acesso às diversas mídias, Dupret e Machado (2010) conceituam esse processo como "idade da mídia". Por isso, podemos afirmar que as interações humanas são medidas e controladas pelos meios de comunicação.

A influencia das mídias, na sociedade brasileira, está para além do entretenimento. Ela dita regras, cria demandas, orientando costumes e hábitos. No dia 22 de julho de 2012, o jornal O Globo publicou a seguinte notícia: "O ultimo capítulo de 'Avenida Brasil' leva Dilma a adiar comício em São Paulo". Hildézia Medeiros (2007), no livro *Mídia e Racismo*, explica que as mídias também exercem influencia sobre as políticas governamentais.

Indubitavelmente, a mídia possui um poder disciplinador, pois cria padrões e uniformizações, onde os sujeitos mergulham em certa passividade, até mesmo, porque são bombardeados por uma indústria cultural que retira do homem a capacidade de criar a própria práxis. (MACHADO, DUPRET, 2010, p.4).

Se através da observação e interação com os outros aprendemos valores e comportamentos, podemos conceituar as mídias como formadora de aprendizado e difusora de valores a serem seguidos ou copiados pela maioria das pessoas. Com isso é importante questionar como as mídias fazem uso da imagem do negro. *Racismo e Discurso na América Latina* é um livro organizado por Dijk (2008), com apoio da UNESCO, e traz uma densa pesquisa sobre as diferentes formas de racismos em toda a América latina, mostrando como o racismo pode estar embutido ou disfarçado em práticas amplamente valorizadas pela sociedade, como a literatura, o cinema, as revistas, filmes, novelas, etc.

No artigo em que o Brasil é analisado, os autores Paulo Vinícius Baptista da Silva e Fúlvia Rosemberg, apresentam estudos sobre como são representados os negros em diversas mídias e destacam que, infelizmente, as diferenças entre negros e brancos ainda são reforçadas pelo cinema, literatura, livros didáticos, entre outros meios de comunicação, nas quais os negros sempre ocupam as posições sociais menos privilegiadas ou até mesmo associadas à delinquência.

A estereotipia foi particularmente notada na associação do negro com a criminalidade em jornais, literatura e cinema; no desempenho de funções socialmente desvalorizadas na televisão, literatura infanto-juvenil e livros didáticos; na exploração de estereótipos de “mulatas”, “sambistas”, “malandro” e “jogador de futebol” na literatura, publicidade impressa e televisiva, e no cinema. (ROSEMBERG E SILVA, 2008, p. 82).

A mídia é uma formadora de pensamento que atinge toda sociedade e não, apenas, um grupo específico. A escola, por sua vez, tem o dever de pautar sua educação na justiça social e no respeito às diversidades, garantindo que os conteúdos trabalhados contribuam para a construção identitária dos educandos.

Se as representações influenciam na construção da identidade, não é difícil entender, portanto, porque a maioria das crianças negras acaba desenvolvendo sentimentos de inferioridade em relação a sua própria raça. O aprendizado seja ele didático, ou não, repassado pela escola é reverenciado pelos educandos, como “verdade absoluta”. Se nos livros didáticos e nas mídias utilizadas nas escolas, os negros forem estereotipados e subalternizados, certamente, para serem aceitos socialmente, os educandos aprenderão a valorizar os brancos e negar sua identidade.

Por mais que os índices de participação de negros em diversas mídias tenham crescido, esse número não é proporcional à quantidade de negros existentes na sociedade brasileira. A população negra ainda é retratada como “subalterna”, “fiel e servil”, “sofredora”; “dependente”, “selvagem”, “aculturada”, “malandra”, “sexual”, “favelada”, ou seja, “ não apresentam personagens reais, individualizados, mas apenas arquétipos e/ou caricaturados” ( RODRIGUES, 2011, p.21). Esses arquétipos repassam uma falsa ideia de anormalidade para os negros e, com isso, os brancos seriam um representante natural da espécie humana.

Não se trata de dizer que a mídia é responsável pelo racismo existente na sociedade brasileira, mas podemos dizer que a mesma, “participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira uma vez que produz e veicula um discurso e naturaliza a superioridade branca” (ROSEMBERG E SILVA, 2008, p. 74). Por omissão ou reforço, a mídia colabora, concretamente, para a sustentação do racismo, sem considerar certa tendência de tratar como minorias, ou/e exceção exótica, mais da metade da população brasileira.

A veiculação maciça de propagandas que desfilam, majoritariamente, pessoas brancas com características fenotípicas caucasianas, finda por naturalizar o sentido social de *ser negro* como um ser pertencente a grupo “minoritário”, convertendo a noção de “minorias” em traço semântico em

si mesmo associado à pessoa negra. A consequência disso é o mecanismo de difusão da crença, na sociedade brasileira, de que esta é plástica predominantemente, branca" ( COSTA, 2012, p.46)

Sabemos que a mídia não é a única responsável pelo racismo no Brasil e ninguém pode afirmar nem onde e nem quando o racismo começou, efetivamente. O que sabemos é que, como afirmam Dupret e Machado (2010), o racismo é fruto de relações humanas, fundamentadas em diversos contextos sociais e históricos. A mídia nega aos negros um espaço de formação identitária condizente com a realidade. Para Oliveira (2007), a imprensa brasileira está longe de representar, com imparcialidade, um amplo setor da sociedade brasileira, pois a imprensa encontra-se a serviço de uma pequena camada da população que, não por coincidência, é branca. Sendo assim, o que entendemos como resultado final das mídias ( filmes, jornais, propagandas, etc.), é resultado de intensa disputa política.

Rodrigues (2011), em concordância com Medeiros e Araújo (2007), afirma que uma das explicações para essa deformação dos negros nas mídias, pode estar na origem sociológica daqueles que produzem as mídias, oriundos de classe média alta. Para que os negros sejam realmente representados pelas mídias, é necessária uma participação igualitária entre negros e brancos na gestão e produção das mídias.

A percepção de que tão poucos afrodescendentes ocupam cargos proeminentes ou de chefia no campo da mídia é uma comprovação de que ainda temos um largo espaço a percorrer para que a democracia racial efetivamente se faça presente em nosso país. (MEDEIROS, 2007, p.28)

A sociedade tem um papel fundamental de cobrar, dos meios de comunicação, uma posição antirracista. Essa posição se dará através da cobertura e divulgação de espaços de discussão da luta contra o racismo, na/da própria mídia. Leitão (2007) diz que é preciso que haja uma cobertura diária sobre os milhões de brasileiros que são tratados de forma inferior e é necessário que o Brasil discuta sobre o próprio racismo. Porém, a sociedade somente poderá exercer o seu papel de cobrança se ocorrer uma mudança de mentalidade e se assumir racista pois, segundo Leitão (2007) existe uma relação mútua entre a mídia e a

sociedade. A sociedade influencia a mídia da mesma forma que é influenciada por ela, ou seja, é um processo de troca permanente.

## **CAPÍTULO II**

### **A DIVERSIDADE CULTURAL E O CURRÍCULO ESCOLAR**

É preciso definir o que, neste texto, chama-se de currículo. Podemos entender currículo como um projeto político da escola, um caminho que orienta as atividades educacionais, podendo se constituir em “um dispositivo em que se concentram a relação entre sociedade e escola, entre saberes e as práticas socialmente construídas e o conhecimento escolar” (MOREIRA, 2007, p.22). O conhecimento escolar seria, então, uma

construção específica para a escola, produzido pelo sistema escolar e pelo contexto mais amplo. Em outras palavras, são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos que não podem deixar de considerar a realidade e o contexto social mais amplo.

Entendendo o currículo como um documento norteador de todas as práticas pedagógicas, ele torna-se um canalizador das práticas escolares, podendo ser usado, tanto para consolidar a superioridade de certas culturas em detrimento das outras, quanto para questionar os arranjos sociais já estabelecidos. “Elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma postura, por parte da comunidade escolar, de abertura às distintas manifestações culturais” (MOREIRA, 2007, p. 31). Isso implica perceber a diversidade cultural presente na escola e entendê-la como fundamental para construção da identidade dos alunos.

A prática da diversidade no currículo deve ser posta como uma luta política contra a hegemonia cultural europeia para que os alunos possam utilizar-se do currículo escolar como ferramenta de mudança social e combate à discriminação racial e cultural. É necessário que esse documento atenda à diversidade cultural existente na sociedade e às particularidades da comunidade escolar.

A escola tem o papel fundamental para desconstrução de preconceitos, o que justifica a importância do estudo da cultura Africana em harmonia com as demais culturas e seu papel como construtora da sociedade brasileira. A Lei nº 10639/03 alterou a Lei de nº 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. A Lei constitui uma resposta, na área de educação, para a luta do movimento negro por uma igualdade racial na educação, para que seja possível o resgate de uma história e cultura renegada e apagada pela hierarquia branca, reconstruindo um passado para orientar e ajudar a organizar um presente e um futuro, evitando erros e ignorâncias já cometidas no passado.

De acordo com Nilma Gomes (2005), os alunos, ao passarem pela educação básica, precisam vivenciar práticas pedagógicas que os ajudem a superar preconceitos para que seja possível a eliminação de comportamentos discriminatórios.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana dispõem que o conteúdo

programático, em todo o currículo escolar, deverá conter estudos sobre a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, bem como a cultura negra brasileira e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, nas áreas sociais, política e econômica.

Entendemos que a escola se constitui como um espaço que vai para além das disciplinas científicas. É preciso perceber que, junto com o currículo formal, existem os conteúdos não formais que repassam valores culturais hegemônicos. Por isso, entendemos que a escola influencia, na formação auto-identitária dos alunos brasileiros, pois:

A escola é o único espaço que a maior parte das pessoas frequentam em algum momento da vida, seja por um período longo ou breve. Baseado nessa premissa, a escola é considerada um espaço privilegiado de formação de pessoas e, conseqüentemente, para a transmissão de preconceitos ou para a construção de uma sociedade igualitária. (SCWARCZ, 1996. p. 132).

Gatti (2010) amplia o conceito de escola e de professores quando afirma que o papel da escola é o de ensinar-educando, uma vez que sem os conhecimentos básicos, que a escola oferece para a interpretação do mundo, não há condição de formação de valores e de exercício da cidadania. Logo, o papel da escola é tão ratificador quanto influenciador, no se que refere a forma de interpretar e formar referenciais de valores culturais.

Para Bourdieu (1998), a reprodução cultural é um processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através das gerações. Por isso, entendemos que a reprodução cultural, repassada pela escola, é uma construção que pode ser um viés tanto para uma formação crítica e emancipadora quanto para a reprodução de preconceitos já enraizados na sociedade.

Nas instituições escolares, a cultura valorizada é a cultura eurocêntrica. Quando ocorre uma escolha, privilegiada pela transmissão de uma determinada cultura, no caso das escolas brasileiras a eurocêntrica, ocorre quase que automaticamente a exclusão das demais. Para isso, há de se considerar que a exclusão da cultura africana, dos currículos escolares, é também uma escolha de exclusão dos negros.

Nilma Gomes (2006), no seu texto *A diversidade cultural, currículo e questão racial: desafio para a prática pedagógica*, afirma que as pessoas negras e pobres enfrentam maiores preconceitos e dificuldades, o que requer um posicionamento político, a fim de construir práticas efetivas e democráticas que transformem a trajetória escolar dos alunos negros em oportunidades de vivência, aprendizado, reconhecimento, respeito às diferenças e construção da autonomia.

Visando definir estratégias para que a escolas aproveitem, ao máximo, a diversidade cultural existente nas escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, afirmam que é necessário adequar objetivos, de forma a atender a diversidade cultural existente no país. Em consequência, um dos temas que deveria ser mais comentado, entre os educadores é, sem dúvida, a diversidade cultural, bem como os ditos "temas transversais", visto que a comunidade escolar é composta por diferentes grupos raciais, sociais e étnicos.

O grande desafio é promover a troca de experiência entre esses grupos e o crescimento conjunto. Porém, é preciso estar atento para as dificuldades em lidar com as diversidades, sob o risco de instrumentalizar e reforçar o preconceito e, para que isso não ocorra, "a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem" (PCN,1997, p.63). Em contrapartida, o que se observa no cotidiano escolar é um reforço não explícito do preconceito racial, sendo disseminada tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos alunos e seus responsáveis.

É através da escola que aprendemos, aos poucos, a valorizar e a desvalorizar conteúdos; a categorizar esteticamente o belo e o feio; a diferenciar saberes como válido ou não válido. Portanto, a escola tem a obrigação social de formar cidadãos conscientes de suas origens. Segundo Santos (2008), ensinar História da África é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que caracteriza a formação escolar brasileira.

Estudar a História da África e dos Africanos e sua colaboração política, social e econômica, é a única forma de desmistificar e desenraizar preconceitos. Ainda segundo Santos (2008), a África que é mostrada aos estudantes é uma África que se configurou pós chegada dos Europeus e é como se a África não tivesse história antes dos colonizadores.

Sabemos que as discriminações, sejam elas de naturezas diversas, tem seu nascedouro na sociedade, contudo, o racismo, as desigualdades e as discriminações perpassam pela escola.

É indispensável, portanto, um espaço social que permita a existência de um grupo étnico-racial com suas especificidades culturais e com representações positivas acerca de si, livres de representações sociais que o estigmatizem. As Diretrizes para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana, de 2004, elucidam que não se trata de criar um afrocentrismo, mas de ampliar o foco dos currículos para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Mesmo após dez anos de criação da lei, muitas são as dificuldades para o desenvolvimento da mesma: falta conhecimento da existência da lei; desvalorização de sua importância; baixa qualificação profissional dos docentes e os materiais didáticos não condizem com a nova legislação. A lei 10.639/03 está para além do ensino de conteúdos. Ela propõe que velhos paradigmas sociais sejam quebrados, propondo mudanças comportamentais, gerando mudanças estruturais e comportamentais no seio da escola. Mas, para que isso ocorra é necessário que toda comunidade escolar tome ciência da importância da lei para a formação do currículo escolar.

No texto *A questão racial e o curso de formação de professores*, de Schützer (2003), a autora relata uma pesquisa realizada no final de um curso de formação de professores oferecido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (Neab), no que se refere ao preconceito racial. O estudo mostra que a conscientização e a formação política, bem como o conhecimento aprofundado da lei e da cultura afrobrasileira, levaram muitos professores a mudarem de postura e fazer intervenções positivas em situações reais de preconceito. O importante, portanto, é “investir na formação do professor, que não se baseie somente no preparo acadêmico, mas, também e principalmente, na desconstrução de preconceito” (SCHÜTZER, 2003, p.133), sendo importante sensibilizar o professor para a legitimação da lei e um melhor preparo acadêmico para desconstrução dos próprios preconceitos, pensando sobre saberes já construídos e incorporados à própria prática

## **CAPÍTULO III**

### **BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS**

#### **Procura por escolas**

A pesquisa, do primeiro semestre de 2011, se iniciara com atrasos, pela dificuldade de achar uma escola que abrisse as portas para desenvolver uma pesquisa-ação, com o tema voltado para as relações étnico raciais. Inicialmente foram escolhidas três escolas

municipais, localizadas no bairro da Tijuca, todas próximas a comunidades populares. A escolha das escolas se deu pela proximidade com a minha residência.

O contato inicial com a escola X foi agradável, mas sem maiores esperanças para o desenvolvimento da pesquisa já que a coordenadora pedagógica informou que a escola era muito pequena e com um enorme calendário de projetos pedagógicos, que impossibilitava a abertura de espaço para uma pesquisa que demandaria tempo.

Na escola F foi feito contato, por telefone, com a coordenadora pedagógica, e agendada uma visita para uma conversa pessoal. A mesma se mostrou interessada no desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica no ambiente escolar, já que “nessa escola não é muito comum ver pessoas querendo pesquisar aqui” (palavras da coordenadora pedagógica). Uma nova conversa foi marcada para a apresentação formal do projeto de pesquisa a ser desenvolvido na escola. Como uma das propostas metodológicas da pesquisa consistia na utilização de recursos midiáticos, a escola informou que as salas que possuíam mídias, estavam ocupadas para o ano todo.

Na terceira escola que chamarei de escola Z, o contato, foi feito através do telefone para que posteriormente fosse marcada uma conversa pessoal com a direção da escola. Apresentado o tema, a coordenadora se opôs e disse que “esse tema é muito forte para se trabalhar aqui na escola, eles são muito pequenos, e além do mais, trabalhar cultura Africana sempre entra pra questão da religião e aqui é uma escola laica”, perguntei se na escola não havia caso de racismo, a mesma me informou “não eles são pequenos”, e a mesma me informou que existe uma professora de história que já faz um “trabalhinho” assim.

Enfim, uma escola estadual, escola W, também localizada na Tijuca, me concedeu permissão para desenvolver a pesquisa. A escola é composta, majoritariamente, por alunos negros, já possuía um clube de cinema, nomeado de “cine clube”, possuía um grêmio estudantil, aparentemente engajado que me ajudou a entender o caminhar da escola. Já existia um trabalho sobre relações raciais, desenvolvido por uma professora de História.

### **Apresentação de Dança**

Acompanhando as atividades de cine clube da escola W, foi possível perceber como a temática racial, bem como a diversidade cultural, ao invés de proporcionar um

crescimento e a troca cultural entre alunos, muitas vezes, acaba por se tornar uma problemática. Mascarando-se no princípio da igualdade, a escola recrimina toda e qualquer forma de manifestação cultural, diferente da dita “normal”. A cultura da elite é tão próxima da cultura escolar que as crianças originárias de um meio pequeno burguês (camponês e operário), não podem adquirir, se não penosamente, o que foi herdado pelos filhos das classes “cultivadas”, porque constituem a "cultura" dessa classe,( BOURDIEU, 1998, p.55).

Em conjunto com o grêmio da escola, propomos uma apresentação de dança típica de um país da África ( Kuduro), que se tornou muito popular aqui no Brasil, em 2012. O objetivo principal desta apresentação consistia em encurtar barreiras ideológicas que separam a cultura africana da brasileira e porque, ao longo das décadas, a História dos currículos escolares relegou aos negros um papel secundário, um secundarismo que está nos alicerces da desigualdade e do preconceito racial. Essa invisibilização histórica dos negros é uma prova explícita do sentimento de superioridade de determinados povos em relação a outros e, de certa forma, a mais perversa de todas.

Vale ressaltar que a desigualdade não se reflete apenas nos indicadores sociais ou nos desníveis de renda: essa é a expressão mais evidente do racismo. Ela evidencia uma estrutura cultural e social que acaba por mascarar uma discriminação mais profunda: a desvalorização, desumanização e desqualificação, ou não reconhecimento simbólico das tradições, saberes do povo Afro-descendente (SABERES E FAZERES, 2006, p.13).

A apresentação de dança foi uma atividade extra, o que não tornava obrigatório a presença/ liberação de todos os alunos, para participação da mesma. Com isso, os professores não eram obrigados a liberarem seus alunos. Uma professora de Geografia não permitiu que os alunos se ausentassem da aula para assistir a apresentação, simplesmente, por não validar aquela cultura, como parte integradora do currículo oficial, " Eu não vou permitir que vocês saiam da minha aula, para assistir esse tipo de música. Isto é um absurdo! Eu ter que deixar de dar a minha matéria para vocês assistirem isto! Daqui a pouco tem *funk* e pagode dentro da escola". O entendimento da necessidade de um currículo escolar diversificado deve ser uma preocupação de toda a comunidade escolar, caso contrário, há o risco de elaborar um currículo excludente.

Segundo Santos (2010), citando Muller (2008), a escola primária brasileira tem um papel fundamental na construção da identidade e do sentimento de nacionalidade, sendo este também responsável pela difusão dos heróis a serem cultuados. Contudo, há de se questionar que identidade é essa que se pretende formar?

Temos que atentar para uma formação identitária baseada no respeito às diferenças, sem atribuição ou juízo de valores. Negar aos alunos (as) o direito ao contato com outras culturas implica, necessariamente, reproduzir o preconceito racial já existente na sociedade, delegando aos negros uma posição de inferioridade. De certa forma, essa postura racista não deixa de ser uma nova roupagem da escravidão, rebaixando a história dos negros a um apagamento histórico, carregado de ideologias racistas.

Cabe entender que a diversidade não significa a substituição total de um conhecimento pelo outro, mas sim, explorar e confrontar os diferentes pontos de vista. Moreira (2007) afirma que a prática da diversidade implica aos alunos, a possibilidade de promover uma resistência ao poder hegemônico, socialmente posto como absoluto.

### **Filme o Xadrez das Cores**

O filme O Xadrez das Cores traz a temática racial, onde os personagens do filme se apresentam de forma bem antagônica: rico e pobre, preto e branco, patroa e empregada. O objetivo principal do filme era fazer com que os alunos percebessem alguns mecanismos sociais que são utilizados para inferiorizar e desqualificar a imagem do negro na sociedade.

Trata-se de um curta com direção de Marco Shiavon, lançado em 2004, com duração de 22 minutos, disponível no site Portas Curtas-Petrobás. O filme conta a história de Cida, uma mulher negra que vai trabalhar na casa de Dona Estela, uma senhora branca e extremamente racista, que, a todo o momento, desrespeita Cida. Contudo, dona Estela gostava de jogar xadrez e, ao observar o tabuleiro com peças brancas e pretas, Cida pede à patroa que a ensine a jogar. Mesmo com grosserias, Cida aprende o jogo, porém, por causa das constantes grosserias, Cida resolve ir embora e deixa uma imagem de uma Santa Negra, que Estela logo joga no lixo.

Cida se desafia a aprender sozinha a jogar xadrez, sempre tendo em mente que as peças brancas enfrentam as peças pretas. Passa a ensinar os meninos da vizinhança e fica

feliz com a própria evolução no aprendizado. Certo dia é surpreendida pela visita do sobrinho de dona Estela, informando que sua Tia desejava novamente seus serviços. Cida retorna à casa da antiga patroa e, entre uma tarefa e outra, joga xadrez com dona Estela que, a esta altura, já tinha retirado a santa do lixo e colocado sobre a mesa. Durante uma das partidas, Cida inverte a posição do tabuleiro de forma que as peças brancas ficam com ela e as peças pretas com dona Estela. Cida faz cheque-mate e ganha o jogo, fato que começa a alertar dona Estela para a crueldade de suas reações racistas. Ao final, ambas acabam convivendo com respeito, afeto e dignidade.

O curta possibilitou uma discussão sobre a existência, ou não, de racismo na sociedade brasileira. A maioria dos alunos afirmou que existe o preconceito, com base na cor da pele, porém essa afirmação tem uma vinculação muito grande com a pobreza.

“Quando a gente entra em uma loja chique, as pessoas logo olham torto, isso porque somos pretinhos e pobres” (aluna de 16 anos, do Ensino Médio). Trata-se para a aluna, mais uma discriminação social do que racial. Questionada se o mesmo aconteceria com uma pessoa de mesma classe social que ela, porém de pele branca, “Aí eles não iam achar que ela é pobre” (aluna). Então, você continua achando que o preconceito é pela classe? (pesquisadora) “pensando bem, acho que realmente não é” (aluna).

Dito de outra maneira, os negros pobres brasileiros não têm o mesmo tratamento do que os brancos pobres. Entendemos assim que o preconceito no Brasil é caracterizado pelas marcas de negritude que o sujeito traz no corpo. “Quanto mais próximas forem as características pessoais de um indivíduo em relação a um tipo negróide, maior será a probabilidade de que essa pessoa venha a ser discriminada ao longo de seu ciclo de vida” (PAIXÃO, 2006, p.24).

Os estereótipos de criminalização são marcas muito fortes, apontados pelos alunos, como uma das formas de racismo, porém quase sempre mascarados. “O povo aqui olha torto mesmo, quando a gente, que é pretinho, entra no “buzão”, as madames pensam que vamos assaltar, eles não falam, mas a gente que é homem percebe” (aluno de 17 anos do 1º ano do Ensino Médio).

Há de se pensar em, pelo menos, quatro informações importantíssimas na frase deste aluno. O primeiro é que existe uma discriminação subjetiva sobre o negro que se

manifesta de forma sutil e, neste caso, o “olhar”, que associa a imagem do negro a um lugar inferior às demais pessoas, “o povo olha torto mesmo”. O segundo diz respeito à associação dos negros com a criminalidade, “as madames pensam que vamos assaltar”.

A terceira informação é uma característica particular da sociedade brasileira, “Eles não falam”, um preconceito mascarado. Por fim, iremos à quarta informação, “mas a gente que é homem percebe”, ou seja, existe um preconceito específico de acordo com o sexo. A violência e criminalidade, geralmente, associadas aos homens e sensualidade excessiva ou feiúra às mulheres.

“Quais são os motivos desse olhar preconceituoso, dentro dos ônibus?” (pesquisadora), “Um monte de preto, bandido aparece na televisão, aí acham que qualquer um é bandido” (aluno de 17 anos do 2ºano do Ensino Médio). Essa afirmação ratifica o poder influenciador das mídias, caracterizando-se como uma formadora de opinião e comportamento que atinge toda sociedade e não apenas um grupo específico. Cria novas regras de comportamentos a serem seguidos, formas de se vestir, estereótipos a ser cultuados, o tipo de beleza valorizada, etc.

O racismo, por si só, é uma construção social que vem se estruturando como uma ideologia transmitida da mesma maneira que todos os outros valores sociais, em especialmente, pelas imagens. “Já que o racismo não é inato, mas aprendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática” (ROSEMBERG E SILVA, 2008, p. 15). “Esse processo de aprendizagem é amplamente discursivo, isto é, baseado na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros.” (ROSEMBERG E SILVA, 2008, p. 15).

A prática da diversidade no currículo deve ser posta como uma luta política, contra a hegemonia cultural européia, para que os alunos possam utilizar-se do currículo escolar como ferramenta de mudança social e combate à discriminação racial e cultural, entendendo o currículo como um documento orientador de todas as práticas pedagógicas. Com isso, fica inegável a necessidade que tal documento atenda à pluralidade cultural existente na sociedade e às particularidades da comunidade escolar. Sendo o currículo canalizador das práticas escolares, o mesmo pode ser usado, tanto para consolidar a

superioridade de certas culturas em detrimento das outras, quanto para questionar os arranjos sociais já estabelecidos.

As questões raciais ainda estão longe de serem discutidas e tratadas de maneira adequada no cotidiano escolar. O silêncio e a indiferença dessas questões corroboram para a continuidade e permanência tanto do preconceito racial quanto dos atos discriminatórios em sala de aula.

A falsa ideia de igualdade racial ainda é muito forte na ideologia social brasileira, fazendo com que o papel do currículo escolar se torne ainda mais importante no que tange ao esclarecimento das reivindicações e lutas do movimento negro que, ainda hoje, são rodeadas de mitos.

Trindade (2008) explica como seria o ideal de branqueamento tão valorizado pela elite econômica brasileira, sempre forjada pela mestiçagem. A autora utiliza uma metáfora para fazer analogia entre o sistema solar e entender porque no Brasil os homens de origem européia ocupam os lugares de mais prestígio, no que a autora chama de pirâmide da humanidade.

O homem branco, euro-norte, americano burguês, substituiria o lugar do Sol, seria o padrão, o centro, e os demais seres humanos seriam colocados ao seu redor, de modo que a proximidade se dá por semelhança. Ou seja, quanto mais próximo estiver do “Sol”, melhor seria o ser humano, isto quando o ser humano ideal não for o próprio Sol. Quanto menos distante do “Sol”, menos humano é. (TRINDADE, 2008, p.41).

Não se trata apenas de idealizar a branquitude, trata-se de apagar, estigmatizar e porque não dizer, tentar destruir a cultura e as marcas históricas dos afrodescendentes, subalternizando-os negando sua humanidade e desqualificando-os. Com isso, ocorre, como explica Cunha (2008), uma redução sociológica, histórica e cultural da presença africana e afrodescendentes no Brasil, em nome de uma construção de nação sob a ideologia mestiça, mais européia e conseqüentemente mais branca

**Filme: Kiriku e a Feiticeira**

O filme conta a história de uma comunidade que vivia sobre o poder de uma malvada feiticeira, Karabá, que secou a fonte d'água e engoliu todos os homens que a enfrentaram e ainda pegou todo o ouro das mulheres da aldeia, após o nascimento de um menino minúsculo, cujo tamanho não alcança nem o joelho de um adulto, cuja coragem é diferente dos outros companheiros da aldeia.

Esse menino era perspicaz e astucioso, muito amigo de sua mãe. A feiticeira foi vencida pela coragem e pela astúcia de Kiriku que enfrenta a feiticeira Karabá junto com seus guardiões e, nesta luta, ele aprende que só o amor, a verdade e a generosidade, aliados à inteligência, são capazes de vencer a dor e as diferenças.

Para a turma da manhã da escola Y, iniciamos com a exibição do filme. Alguns alunos já conheciam o trailer do filme, exibido na TV Cultura. Após a exibição do filme, foi realizada uma atividade relacionada com o filme. Com a exibição desse filme, pretendeu-se mostrar um pouco da cultura africana, bem como, contribuir para uma desconstrução de possíveis estereótipos do que seja a África.

Após a exibição do filme, foi realizada uma conversa com os alunos. Todos somos seres sociais carregados de cultura e conhecimento, o que implica dizer que os alunos já carregam uma gama de conhecimentos sociais, que influencia diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Foi possível perceber que a grande maioria dos alunos reconheceu que o filme se tratava em um país africano. Algumas perguntas foram feitas para a turma, tais como: Vocês conhecem a África? Sabe onde fica? Já ouviram falar de alguma coisa sobre lá? Pude perceber que a maioria pensava que a África era um país e com um pouco de mediação, eles perceberam que se tratava de um continente e não de um país. E que a população é somente de “pretos” ( termo utilizado por eles), não conheciam nada de lá e as pessoas andavam peladas.

Contei aos alunos que a África, na verdade, é um continente, e não um país, ou seja, que era composto por vários países, tais como: Madagascar, África Ocidental (base para o filme), África do Sul, Egito, Etiópia, Angola, Cabo Verde, Congo, Marrocos, Índia... Que o Brasil tem tanto negros quanto alguns países da África.

“Lá eles andam pelados” (aluno)! Com essa frase, é possível perceber uma forte influência do filme, pois no filme, o personagem principal anda nu. Essa afirmação serviu para perceber o quanto as representações criam estereótipos. Informei ao aluno que o filme não era uma realidade da África, que se tratava apenas de uma ficção. “Ah tia, é só nesse filme neh?!”.

Perguntei o que eles mais gostaram do filme? Eles citaram como coisas legais, a Feiticeira ter ficado boazinha, as músicas, a coragem do Kiriku e alguns trechos do filme. Pedi que descrevessem o Kiriku e as respostas foram as mais variadas, tais como: ele era corajoso, pequeno, tinha um cabelo legal (por causa da semelhança com o cabelo de um famoso jogador de futebol), ele era valente... Em momento nenhum tocaram na cor da pele. O fato de ele ser negro não foi citado pelos alunos. A cor da pele foi totalmente apagada, como característica do personagem principal do filme.

Pedi para que os alunos desenhassem partes do filme que mais chamaram a atenção. Nenhum dos alunos, desta turma, desenhou o Kiriku como não negro. Esse fato foi intrigante, e ao mesmo tempo, um avanço, pois, apesar da cor da negritude do Kiriku não ter sido citada, todos os alunos o representaram como negro.

Uma segunda turma assistiu ao filme, porém por causa do horário, não foi possível realizar as atividades com eles no mesmo dia, sendo ela realizada, apenas 15 dias depois, por causa de um feriado.

No dia da conversa, a grande maioria dos alunos não lembrava direito do filme, o que me obrigou a contá-lo, na tentativa de resgatar a memória sobre o filme. O curioso a destacar é que foram feitas as mesmas perguntas, da turma anterior e as mesmas respostas foram dadas pelos alunos. Como alguns alunos não se lembravam do filme, pedi que eles desenhassem o que eles imaginavam o que seria a África e, como era de se esperar, uma gama de animais típicos da África foi reproduzido.

Esse fato, no mínimo, reflete um aprendizado, um déficit no processo de ensino e aprendizagem no que se refere à implementação da Lei 10639/03, que tem por objetivo o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e africanos, bem como o reconhecimento e valorização das raízes africanas para a nação brasileira.

Para Santos (2008), ensinar história da África é uma forma de voltar ao passado, para mostrar aos alunos brasileiros uma África com reinos, civilizações como exemplos de organizações com produções científicas e tecnológicas que nada fica atrás dos países europeus. Esse seria um caminho importante para apagar, de vez, da mentalidade dos alunos brasileiros, a imagem de uma África atrasada, escravizada e miserável.

## **CONCLUSÃO**

Dois aspectos merecem destaques pela complexidade que se desenvolveu ao longo das atividades. O primeiro aspecto diz respeito à dificuldade dos educadores em oferecer uma educação que respeite a diversidade cultural, pois, no dia da apresentação da dança, houve uma oposição de alguns professores em liberar os alunos para participar do evento.

O segundo, e não menos importante, está diretamente relacionado na objeção em perceber a amplitude social que a temática racial atinge, já que alguns professores consideraram desnecessário esse tipo de temática, em todas as disciplinas. Trabalhar com a diversidade racial é um desafio para os educadores que se deparam com barreiras fundamentais, muitas vezes, no próprio currículo escolar.

Necessitamos então fazer com que os professores compreendam a urgência das mudanças que a Lei n.10.639/03 vem promovendo no âmbito do currículo escolar; construir, a partir do diálogo com os professores/as, metodologias que possam apoiá-los na transposição didática dos conteúdos estipulados pela referida Lei federal; levando-os a solidarizar-se com os direitos da maioria da população brasileira de ver a sua história e a sua cultura representadas nos currículos oficiais. Neles, essa maioria, historicamente, tem sido invisibilizados, quando não “coisificada” e estereotipada pelo ocidentalismo que permeia as práticas escolares. (CARVALHO, PASSOS E SILVA, 2007, p.102).

Os problemas destacados perpassam por uma velha discussão conhecida no meio pedagógico: a formação dos professores. É preciso entender que a implementação da Lei 10.639/03 esbarra, principalmente, na questão da formação dos educadores. Esses profissionais, hoje atuantes, não tiveram, em sua formação inicial, nenhum contato com a cultura Africana, porém, com a criação da Lei se veem obrigados a ensinar sobre a História e Cultura Afro- Brasileiras, bem como a importância das populações Africanas para a formação da sociedade brasileira, sem o devido preparo necessário.

A Lei 10.639/03 é, sem dúvida, um marco importante para o reconhecimento da história e Cultura Africana na sociedade brasileira, antes unicamente dominada pelo europeísmo. Esta mudança requer um esforço para sensibilizar os docentes, sobre a diversidade cultural existente na sociedade, pois somente através da reflexão legitima-se uma discussão. Este trabalho, porém, não deve ser apenas de responsabilidade do professor, tem que envolver toda comunidade escolar, ou seja, deve ser um trabalho coletivo que resulte numa reforma educacional.

Concluimos esse trabalho dizendo que o conhecimento é a chave para abrir as portas, pois toda luta se torna difícil se o opressor é invisível e o reconhecimento demanda

um processo educativo complexo. Somente, assim, pode-se entender como o preconceito racial tem sua base na dinâmica que rege as relações sociais através de estereótipos que dificultam a quebra de cegueira epistemológica acerca do racismo existente no Brasil.

Percebe-se que o indivíduo constrói imagens para si de acordo com o julgamento dos outros. Desta forma, o outro se torna importante na construção da identidade. Nessa construção, a escola/sociedade se tornam tão valorosas quanto à educação familiar, pois podem contribuir tanto para a formação de indivíduos protagonistas de suas histórias, quanto para sujeitos coadjuvantes que vivem à sombra de um passado opressor.

Isso significa dizer que a sociedade, por meio das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos, exerce forte influência na formação de qualquer identidade, uma vez que esta mantém estreita relação com fatores sociais (gênero, raça, classe social) e físico (o corpo, com suas características físicas). (CAVALLEIRO, 2006, p.85)

Na sociedade brasileira, a identidade dos indivíduos negros é construída, quase sempre, favorável à subalternidade, pois a cultura que se projeta socialmente é, sem dúvida, a cultura dominante oriunda da Europa, aniquilando as demais, projetando assim uma série de atributos negativos que desvalorizam a identidade dos negros, contribuindo para a construção de um sentimento de inferioridade desses em relação aos brancos.

É extremamente importante que os indivíduos se sintam acolhidos e pertencentes a um grupo social que lhe é familiar, grupo este que ajude ao indivíduo na construção de uma identidade, pois entende-se que a identidade é uma construção social alcançada com a ajuda da sociedade e sendo a mídia uma poderosa arma de promoção do povo negro brasileiro, o desafio é tentar manter, viva e constante, a história de participação dos negros na construção dessa sociedade.

O debate que se fez, após os filmes, constituiu-se em uma importante arma para a construção de opinião e do conhecimento, rompendo assim com as traves que impedem a liberdade dos negros. Porém, percebe-se que o cinema brasileiro projeta sobre os negros a mesma visão deturpada da nossa sociedade, dando-lhes papéis secundários carregados de estereótipos.

Pensando no cinema, como um meio de aprendizado, é possível perceber que existem poucas produções, especialmente para o público infanto-juvenil, que tragam personagens negros no papel principal da história. O que nos faz pensar que o cinema projeta sobre os negros a mesma visão deturpada da nossa sociedade, dando-lhes papéis secundários, carregados de estereótipos. Com isso, conclui-se que nem o cinema nem a educação formal concederam aos negros, o papel principal com possibilidades de retratar sua história..

## REFERÊNCIAS

- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. LucieDidio. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.
- BOURDIEU P.A. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A. (Org) **Escritores de educação**. Petrópolis. Vozes 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.126p.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. -Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.
- \_\_\_\_\_-Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. 2004 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>
- CARVALHO, Carlos R. SILVA, Luciane N. da. PASSOS, Mailsa C. P. **Algumas Reflexões sobre a implementação da lei n.10.639/03 nos espaços-tempos escolares e sobre a construção de uma metodologia**. In: REZENDE, Maria Alice (org). **Educação, Arte e Literatura Africana de Língua Portuguesa**. I Programa de Formação e Permanência de Afro-Brasileiros na UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade**. Projeto A cor da Cultura, 2006.
- COSTA, Kátia Regina Rebello da. De quando a pluraridade revela a invisibilidade. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva e BORGES, Rosane (Orgs.) **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABNPN, 2012.
- CUNHA, Henrique Jr. História Africana e os Elementos para uma Organização curricular. In: BARROS, José Flavio Pessoa de; OLIVEIRA, Luiz Fernandez de; CANEN Ana...[et

al]. (Orgs). **Todas as cores na educação: contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ,2008.

DIJINK, T.A Van (Org.) **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008

DUPRET , Leila ; MACHADO, Renata. A Baixada Fluminense na Mídia: Um Olhar do Jovem Negro. **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Vitória, ES. Maio, 2010.

GATTI,B.A. **A formação dos professores no Brasil: Características e problemas**. Educ.Sociedade,Campinas, v32. n 115, p. 1355-1379, out.- dez. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazem do Ipê, 2006.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: TEODORO. Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: Ipea, 2008.

KIRIKÚ E A FEITICEIRA. Direção: Michel Ocelot. Paulinas Multimídias, 70 min, 2002.

LEITÃO.Miriam. A imprensa e o Racismo.In :RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**.- 1ª ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MEDEIROS, Hidézia. A imprensa e o Racismo.In :RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**.- 1ª ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e Cultura**/[Antônio Flávio Brabosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Janete Beauchamp, Sandra Denise Paigel, Aric'elia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, /Secretaria de Educação Básica, 2007

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2º Ed. Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, Brasília, 2005. 204p.;Il.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Formação de professores e perspectivas para a implantação da lei 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena (Org). **Relações Raciais no Contexto Escolar: Diálogo com a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Negras e Negros: Pesquisas e Debates. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva e BORGES, Rosane (Orgs.) **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABNPN, 2012.

OLIVEIRA, Eduardo Henrique Pereira de. A imprensa e o Racismo. In :RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**.- 1ª ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

O XADREZ DAS CORES. Direção: Marco Shiavon. Rio de Janeiro. 22 min. 2004

PAIXÃO, Marcelo. **Desigualdade nas questões raciais e sociais**. Projeto A cor da Cultura, 2006.

RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro Brasileiro e o Cinema**. 4ªed. -Rio de Janeiro : Pallas, 2011

ROSEMBERG, F ; SILVA, P V. Brasil. Lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, T A Vam (Orgs.). **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contextos, 2008.

SABERES E FAZERES. V1: modos de ver/ coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. **Projeto a Cor da Cultura**. 2006.

SANTOS, Jorge Luiz Rodrigues. 1910-2010: Um século de racismo no espaço escolar- a construção da “identidade Brasileira” e a negação da “identidade negra” através da educação. **III Congresso Internacional Cotidiano-Diálogo sobre Diálogo**, agosto 2010.

DOS SANTOS, Jocéli Domanski Gomes. A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica. 2008 IN: [http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A\\_LEI\\_10639\\_03\\_E\\_A\\_IMPORTANCIA\\_DE\\_SUA\\_IMPLMENTACAO.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLMENTACAO.pdf). acesso em 10/05/2013.

SCWARCZ, L. K. M. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Rio de Janeiro: Afro-Ásia, 1996.

SHÜTZER, Kátia. A Questão Racial e os Cursos de Formação de Professores. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (Orgs). **Identidade Negra: Pesquisas sobre Negros e a Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

TRINDADE, Azoilda Loretto. O Racismo no Cotidiano Escolar. In: BARROS, José Flavio Pessoa de; OLIVEIRA, Luiz Fernandez de; CANEN Ana...[et al]. (Orgs). **Todas as cores na educação: contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.